

ANEXO A

TERMO DE REFERÊNCIA PARA ELABORAÇÃO DOS PLANOS DE  
DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO TURISMO SUSTENTÁVEL – PDITS

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NO NORDESTE  
PRODETUR/NE II - PLANOS DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO TURISMO  
SUSTENTÁVEL PARA OS PÓLOS DE TURISMO – REGIÃO NORDESTE

TERMO DE REFERÊNCIA

1. JUSTIFICATIVAS

A experiência nos últimos 50 anos relacionada ao desenvolvimento turístico mundial tem demonstrado que o desenvolvimento espontâneo da atividade originou graves problemas ambientais, com o desaparecimento ou degradação de numerosos recursos naturais e culturais, assim como impactos negativos sobre as populações locais receptoras do turismo. A ausência de um planejamento responsável é uma das principais causas desses problemas.

A segunda fase do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste - PRODETUR/NE II - tem como objetivo dar sustentabilidade ao turismo nos “Pólos” dos Estados da Região Nordeste, contribuindo à melhoria da qualidade de vida das populações fixas dos municípios a serem beneficiados pelo Programa e à melhoria da capacidade de gestão do turismo pelos governos municipais.

Esta melhoria da qualidade da vida será avaliada pelo incremento dos postos de trabalho e renda, pelo aumento da acessibilidade da população aos serviços urbanos e, do lado das Municipalidades, pela melhoria de índices de gestão que confirmem a adequada administração e fiscalização dos seus espaços, do meio ambiente, dos produtos e atrativos, dos investimentos privados e fluxos turísticos.

Para alcançar estes objetivos, a segunda etapa do PRODETUR deverá, preferencialmente: apoiar os investimentos e ações geradoras de renda turística nos Municípios; assegurar que os benefícios destes investimentos sejam expandidos para suas populações fixas; e, assegurar que os governos municipais venham a ser capacitados para a gestão eficaz do turismo nos seus territórios.

A segunda fase do Programa requer a existência de um plano de curto, médio e longo prazos que garanta a sustentabilidade do desenvolvimento do turismo. O marco de referência do Plano deve ser o pólo de turismo, ou seja, o espaço geográfico na qual a atividade turística se desenvolve.

O plano de desenvolvimento turístico deverá constituir o instrumento técnico para a gestão, coordenação e condução das decisões da política turística de longo prazo, de maneira integrada entre as diversas instituições públicas envolvidas com o turismo. O plano também constitui o instrumento de orientação para o setor privado, de

modo a assegurar a sustentabilidade das suas ações, por meio de mecanismos de controle, acompanhamento e revisão periódica

## 2. OBJETIVO DO TERMO DE REFERÊNCIA

O objetivo deste Termo de Referência é, portanto, orientar os Estados na preparação de seus *Planos de Desenvolvimento Integrado de Turismo Sustentável – PDITS*.

## 3. OS PLANOS –PDITS

Os Estados deverão apresentar ao Banco do Nordeste, para cada um dos Pólos Turísticos definidos nos Planos Estratégicos Estaduais, um Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável, doravante tratado como PDITS.

Primeiramente, os PDITS deverão ser elaborados para os Pólos que já tiveram investimentos no âmbito do PRODETUR/NE-I. Estes planos deverão definir e priorizar investimentos para consolidar o turismo nas áreas que foram objetos do PRODETUR/NE – I, a partir de:

- Ações a serem completadas, definidas como aquelas que, embora previstas no âmbito do PRODETUR/NE I, não foram terminadas ou executadas nos municípios beneficiados, mas que continuam sendo necessárias à sustentabilidade do turismo do respectivo Pólo; e,
- Ações a serem complementadas, identificadas como prioritárias, em função dos resultados e impactos do turismo do PRODETUR/NE I no Pólo.

Tanto as ações de completar como as de complementar deverão ser trabalhadas no âmbito dos componentes do PRODETUR/NE II, necessários para dar sustentabilidade ao turismo, no Pólo.

Para os demais Pólos, a apresentação do PDITS, para solicitar recursos do PRODETUR/NE II, é também obrigatória. Deve-se ter claro que estes Pólos deverão estar justificados nos respectivos Planos Estratégicos Estaduais, bem como pelo Estudo de Demanda Turística. Este último estudo deverá ser elaborado para a região Nordeste, com recursos do Ministério do Turismo.

As UEE serão responsáveis pela formulação do Plano e, neste sentido, pela promoção prévia das articulações necessárias com: as Municipalidades envolvidas, o setor empresarial turístico, a sociedade civil e outras instituições cujas funções e decisões afetam direta ou indiretamente o desenvolvimento do turismo. Deve-se assegurar a participação de todos os envolvidos no processo de elaboração do plano, facilitando assim o consenso, entre os diferentes atores, em relação aos objetivos estabelecidos e compromissos correspondentes. Na elaboração dos documentos

técnicos, é fundamental a participação de uma equipe multidisciplinar, sendo que deverá informar sistematicamente à UEE sobre os avanços do trabalho, em função do cronograma definido, de modo que a UEE possa informar os atores envolvidos e receber deles as contribuições que deverão ser consideradas nas fases seguintes do desenvolvimento do PDITS.

### 3.1 Resumo Executivo

O PDITS deverá iniciar com um Resumo Executivo das principais conclusões de todos os itens e sub-itens com dois e três dígitos.

Este Resumo deverá focalizar, principalmente, as estratégias turísticas para a Área de Planejamento do PRODETUR/NE II e as ações a elas relacionadas.

### 3.2 Avaliação do PRODETUR/NE I

Para os Pólos que já receberam recursos no âmbito do PRODETUR/NE I, deverá ser realizada uma análise de resultados do desenvolvimento do setor turístico, tendo por base o período de 1994-2000.

Essa análise deverá ser feita considerando-se de um lado os investimentos por componentes do PRODETUR/NE I, bem como outros investimentos similares que o próprio Estado/Municípios realizaram no mesmo período e, de outro, os indicadores demonstrativos de resultados do desenvolvimento do turismo na área: (i) evolução do fluxo turístico, no período; (ii) incremento do número de UH's; (iii) incremento dos investimentos privados em hotelaria e restaurantes, ou outras atividades relacionadas; (iv) incremento do número de empregos diretos e indiretos do setor turístico; (v) incremento do número de agências e operadoras de viagens e pacotes; (vi) incremento das receitas turísticas, vis a vis a receita fiscal dos municípios. Os impactos negativos econômicos, sociais e ambientais "stricto sensu" deverão também ser avaliados.

Como conclusão deste capítulo, deverão ser destacados os problemas e impactos negativos, inclusive ambientais, que necessariamente terão que ser trabalhados/mitigados no âmbito do PRODETUR/NE II.

### 3.3 Diagnóstico da Área de Planejamento

A definição do Pólo deve considerar sua abrangência geo-turística e seu papel estratégico para o desenvolvimento turístico do Estado. Deve levar em conta suas características territoriais, os municípios que o integram e os indicadores turísticos que justifiquem o Pólo como *Destino Turístico*.

### 3.3.1 Área de Planejamento - definição

#### § Área de Planejamento para os Pólos que já receberam recursos do PRODETUR/NE I

A Área de Planejamento para esses Pólos deverá focalizar os Municípios que já receberam recursos do PRODETUR/NE I e/ou que foram impactados pelo Programa e, neste sentido, ainda necessitam investimentos para garantir a sustentabilidade da atividade turística.

Deve-se ter claro que isto não significa que os demais Municípios do Pólo não deverão receber investimentos no âmbito do PRODETUR/NE II, mas apenas que estes serão postergados, para uma segunda etapa, quando já estiver garantida a implementação das ações de completar e complementar nos Municípios que receberam investimentos do PRODETUR/NE I.

#### § Áreas de Planejamento dos demais Pólos de cada Estado

As Áreas de Planejamento prioritárias para investimento nos demais Pólos de cada Estado deverão ser estabelecidas com base no Estudo de Demanda para a região Nordeste, a ser disponibilizado pelo Ministério do Turismo.

Neste sentido, deverão ser avaliados a demanda e o crescimento dos fluxos turísticos, bem como a importância do setor turístico para os Municípios do Pólo. Define-se a Área de Planejamento pelo conjunto de Municípios que já apresentem demanda e fluxos turísticos significativos em relação aos demais, ou que façam parte de circuitos turísticos integrados.

#### § Especialização dos diversos aspectos da Área de Planejamento

Ressalte-se que em cada um dos PDITS, deverão ser apresentados mapas detalhados, em escalas adequadas, das respectivas Áreas de Planejamento, representadas pelos seus municípios, espacializando-se: (i) áreas frágeis e protegidas, incluindo áreas marinhas; (ii) zoneamento ambiental, se houver; (iii) zoneamento do uso e ocupação do solo, se houver; (iv) áreas potenciais para uso e ocupação de atividades turísticas; (v) bacias hidrográficas e categorias estabelecidas para os recursos hídricos, em função da qualidade das águas dos cursos d'água; (vi) áreas de cobertura do monitoramento dos recursos ambientais, dos diversos órgãos que trabalham com o meio ambiente (água, ar, solo, subsolo, vegetação e fauna); (vii) produtos e atrativos turísticos; (viii) infra-estruturas/ áreas de cobertura dos sistemas de tratamento de água, esgoto e resíduos sólidos, transportes, energia e telecomunicações existentes e previstas (caso o Poder Público já tenha

considerado implantação ou ampliação de infra-estrutura nas suas estratégias de planejamento); (ix) investimentos do setor privado existentes e previstos, distinguindo estes últimos, de acordo com a seguinte tipologia: em planejamento, em projeto, em execução.

Estes mapas ou cartas são considerados mínimos e devem ser inseridos no PDITS, nos itens correspondentes, que se seguem.

### 3.3.2 Dinâmica Socioeconômica

#### 3.3.2.1 Análise da dinâmica econômica

O objetivo deste capítulo é analisar o marco socioeconômico na qual as atividades turísticas se desenvolvem, e a contribuição que estas atividades aportam a essas dimensões *no âmbito do Pólo*, especificamente, em relação ao emprego, à geração de renda e à melhoria da qualidade de vida da população fixa.

O PDITS deverá apresentar um quadro da dinâmica econômica (com as respectivas tabelas e análises) dos Municípios da Área de Planejamento, focalizando os três setores da economia, primário, secundário e terciário.

Deverão ser ressaltados os dados relacionados ao turismo, no âmbito do setor terciário. Estimativas para este setor terciário também deverão ser realizadas, tendo em vista, inclusive, consubstanciar os dados de oferta e demanda futura do turismo, em item específico.

Neste sentido, a análise econômica deverá trabalhar os seguintes temas:

#### § Evolução Econômica Recente da Área de Planejamento

Análise do crescimento do PIB dos municípios da área no período recente, a partir dos anos 80, bem como do comportamento de sua participação relativa no PIB do Estado.

O intuito é avaliar a evolução do PIB da área de planejamento, nesse período, conhecendo-se sua trajetória de crescimento e, também, a sua importância no âmbito estadual, de maneira a se antecipar à sua evolução futura.

§ Perfil Econômico Setorial da Área

A partir dos dados de valor adicionado para os anos de 1985, 1990, 1996, 1997 e 1998 abertos pelos grandes setores da economia – agropecuária, indústria, comércio e demais serviços, é possível conhecer e analisar a evolução do perfil setorial da área de planejamento, com ênfase na contribuição do turismo.

§ Perfil Econômico Espacial da Área

Em continuidade ao sub-item anterior, busca-se aprofundar quais são as atividades produtivas relevantes em cada setor e como estão distribuídas espacialmente entre os municípios da área.

Adentra-se assim, a uma visão das economias municipais, no sentido de verificar quais são as principais atividades primárias, (culturas permanentes e temporárias, criações, etc), secundárias (principais indústrias) e terciárias, com ênfase na contribuição do turismo, bem como qual a sua importância econômica na área. Considerando-se a disponibilidade de dados sobre um importante sub-setor do terciário dessa área, o de turismo, objeto deste trabalho, deve-se, aprofundar sua análise, visualizando-se seus encadeamentos com os demais setores produtivos e a dinâmica econômica a ele associada

### 3.3.2.2 Análise social

Para a análise da população e suas condições de vida, deverão ser trabalhados e analisados dados da população total, urbana e rural por município, da Área de Planejamento, trabalhando-se também com suas projeções até o ano de 2020 e, tendo em vista que alguns desses indicadores serão objetos de monitoramento ao longo do tempo, para efeitos de avaliação dos resultados do PRODETUR/NE II:

§ População

Retrata-se a evolução da população a partir dos anos 80, considerando-se os dados censitários e as estimativas elaboradas pelo IBGE, usando-se os parâmetros básicos de estudos populacionais como sua distribuição entre áreas urbana e rural, por sexo, idade, densidade, expectativa de vida, entre outros disponíveis em fontes secundárias, para cada um dos municípios da área de planejamento.

Essa análise pretende também servir de base às estimativas para a construção de um quadro futuro, necessário para garantir consistência entre

o comportamento do tamanho populacional em longo prazo e as ações propostas, principalmente para a infra-estrutura básica e de saneamento, importante tema a receber recursos do PRODETUR/NE II.

#### § Condições de Vida

Como um dos objetivos do Programa é beneficiar a população fixa, o PDITS deverá trabalhar os indicadores sociais que serão monitorados ao longo do tempo, para se avaliar o êxito do PRODETUR /NE II. Estas informações incluem a evolução de indicadores como IDH; da renda (PIB per capita); das taxas de emprego e de desemprego; dos índices de cobertura e déficit de serviços públicos básicos.

Além disso, informações relacionadas à educação (índice de analfabetismo e grau de escolaridade, ou anos de estudo) e saúde (unidades hospitalares e condições de atender aos turistas) também devem ser avaliadas. Ressalte-se que a análise das informações educacionais aqui trabalhadas deverá ser recuperada resumidamente no item - Capacitação da População para turismo.

As informações a serem apresentadas devem sempre ser desagregadas, quando for possível, por município. A análise deve ter por referências os totais para a Área de Planejamento/Pólo e para o Estado, incluindo uma comparação com as médias nacionais se for relevante. Deve ser dada atenção específica à análise das condições socioculturais e econômicas das comunidades tradicionais e populações indígenas, dada sua maior vulnerabilidade.

Finalizar a análise desenvolvida neste capítulo com uma conclusão, mostrando o impacto que a atividade turística vem resultando, a partir de indicadores como: emprego e renda per capita .

#### 3.3.3 Infra-estrutura

Deverá ser apresentada uma avaliação da área de cobertura, condição física e qualidade dos serviços das seguintes infra-estruturas, para a área de planejamento, em relação às necessidades do setor de turismo: sistemas de água potável, esgoto sanitário, coleta e disposição do lixo, drenagem e sinalização turística; rodovias, aeroportos, portos; além de urbanização da orla, se houver. Deverá enfatizar os déficits e os problemas específicos que afetam o desenvolvimento do turismo.

## 3.3.3.1 Saneamento básico – água e esgoto

Deve-se ter claro que, para os Pólos que já receberam investimentos em infraestrutura – saneamento básico, no âmbito do PRODETUR/NE I, o item deverá ser iniciado com uma avaliação das ações implantadas com estes recursos. O PDITS deverá focalizar, dentre outros aspectos, o balanço entre demanda pelos serviços públicos e oferta (quantidade e qualidade) dos mesmos.

O inventário (oferta e déficit) deve ser completo no que se refere à infraestrutura social (abastecimento de água e esgoto sanitário), ressaltando-se o acesso da população fixa a estes serviços.

Neste sentido, recuperam-se as informações gerais do item anterior – Condições de Vida da População, detalhando e qualificando esses serviços a partir de indicadores que expressem como vem operando a empresa concessionária, para um período recente de no mínimo três anos: população atendida por água e esgoto; área de cobertura das concessões; total de conexões; e, número de economias atendidas.

Deverá também ser apresentada uma avaliação dos projetos e programas que vêm sendo e serão implantados e implementados pelos governos estaduais e municipais relacionados à provisão dessas infra-estruturas, na Área de Planejamento, com suas respectivas fontes de recursos.

A análise também deverá dar conta da situação da (s) empresa(s) concessionária(s), que vêm atuando na Área de Planejamento, detalhando-se:

§ Aspectos institucionais – envolvendo informações sobre a constituição da empresa estatal; suas finalidades específicas; seus objetivos; os contratos de concessão específica com os Municípios (titulares do serviço pela Constituição Federal de 1988) para viabilizar a execução e operação dos serviços; além das obrigações dos Municípios, comumente solicitadas como contrapartida.

§ Aspectos comerciais – a análise deve ser elaborada com indicadores da área comercial que permitam apreciar o nível dos consumos médios faturados (m<sup>3</sup> mensal por usuário), verificando se houve decréscimo e, neste sentido, suas causas mais relevantes e o que significaram em termos de faturamento para a empresa. No que se refere à tarifa, deve-se verificar se o preço alcançado está dentro dos níveis de eficiência, estimados entre US\$ 0,60/m<sup>3</sup> a US\$ 1,00/m<sup>3</sup>.

§ Área operacional e custos – um indicador comumente utilizado, relacionado à eficiência da gestão, se refere ao número de empregados por 1.000

conexões. A análise deste indicador é necessária, no sentido de se verificar reduções recentes de recursos humanos, principalmente, quanto ao peso da área administrativa e comercial, no cômputo do custo total.

§ Aspectos financeiros – dentre os indicadores a serem analisados estão: receitas operacionais; despesas operacionais; resultados operacionais, não operacionais e antes de imposto de renda; origens dos recursos; aplicações de recursos; aumento do capital circulante.

§ Planejamento estratégico – avaliar se a empresa de saneamento vem efetivamente desenvolvendo o seu produto de forma planejada, melhorando sua base institucional com implementação de programas de modernização, de capacitação de recursos humanos, certificações como a ISO – 9002 e ISO – 14001.

Finalizar a análise desenvolvida neste capítulo com uma conclusão, definindo recomendações para tratamento dos problemas identificados com ênfase nas necessidades para dar sustentabilidade ao turismo e atender aos problemas locais /Área de Planejamento.

#### 3.3.3.2 Saneamento básico – coleta, tratamento e disposição de resíduos sólidos

Deverá ser realizado um texto crítico do sistema de coleta, transporte, minimização de disposição e das práticas relacionadas à disposição final de resíduos sólidos.

O PDITS deverá focalizar, dentre outros aspectos, o balanço entre a demanda para a coleta, disposição de resíduos sólidos (incluindo aquela resultante das atividades turísticas) e a oferta de serviços, incluindo transferência, capacidade do aterro. Devem ser apresentados indicadores municipais de atendimento, volume ou peso de resíduos gerados e os sítios de disposição. Problemas de saúde pública e de contaminação ambiental devem ser identificados, como resultantes dessas práticas.

O PDITS deverá avaliar os aspectos financeiros relacionados à sustentabilidade do investimento, em longo prazo, como: mecanismos para recuperação de custos correntes, estabelecimento e cobrança de taxas, etc. O PDITS deve apresentar indicadores de desempenho, indicadores econômicos de eficiência (custo unitário estimado para coleta, transporte e disposição final, vis à vis as taxas cobradas para os serviços, se houver).

O PDITS deverá avaliar a participação da iniciativa privada nas diferentes etapas do processo de manejo da disposição de resíduos sólidos.

O PDITS deverá avaliar criticamente a estrutura institucional do setor público nos níveis estadual e local (execução, supervisão e capacitação; normas sobre a ótica financeira e sobre o ponto de vista ambiental; gestão técnica), devendo apresentar indicadores de desempenho. Finalizar a análise desenvolvida neste capítulo com uma conclusão, definindo recomendações para tratamento dos problemas identificados. As recomendações deverão responder às demandas da população fixa e turística, a partir de uma abordagem integrada para a gestão dos resíduos sólidos.

Deve-se ter claro também que a avaliação da estrutura institucional do setor público nos níveis estadual e local deverá sinalizar para diretrizes associadas ao tratamento dos problemas locais /Área de Planejamento para assegurar o turismo sustentável.

### 3.3.3.3 Transportes

Deve-se ter claro que, para os Pólos que já receberam investimentos em infra-estrutura – transportes, no âmbito do PRODETUR/NE I, o item deverá ser iniciado com uma avaliação das ações implantadas com estes recursos.

O inventário deve ser completo no que se refere à infra-estrutura (aeroportos, rodovias, hidrovias, principalmente), ressaltando-se seus fluxos atuais e condições de atendimento.

Para as rodovias, devem ser considerados e analisados indicadores de tráfego, tais como: volume médio diário, origem/destino, segurança de tráfego/número de acidentes; além das condições físicas, número de pistas, existência ou não de faixa de acostamento, de sinalização vertical e horizontal e de sistema de drenagem superficial e tipo de pavimento e condições.

Para os aeroportos, devem ser considerados indicadores de movimentação: fluxos por mês e por ano, procedência, motivos de viagem – negócios e lazer, etc.

Para portos e ancoradouros, devem ser avaliadas informações sobre volume de passageiros desembarcados, procedência e motivos de viagem. O número de navios de cruzeiros e suas capacidades médias são também dados relevantes para análise de portos.

Deverá também ser apresentada uma avaliação dos projetos que vêm sendo e serão implantados e implementados pelos governos estaduais e municipais relacionados à provisão dessas infra-estruturas, na Área de Planejamento, com suas respectivas fontes de recursos.

A análise também deverá dar conta da situação dos órgãos estaduais de transportes, detalhando-se:

- § Aspectos institucionais – envolvendo informações sobre a constituição do órgão; suas finalidades específicas; e, seus objetivos.
- § Aspectos operacionais e custos – a partir de indicadores relacionados à eficiência da gestão, como por exemplo número de funcionários/quilômetros de estradas administradas, deverá ser avaliado como estes meios de transportes vêm sendo operados e mantidos, para um período recente de no mínimo três anos. Verifica-se assim o peso da área operacional, na gestão de transportes.
- § Aspectos financeiros – dentre os indicadores a serem analisados estão: receitas operacionais; despesas operacionais; resultados operacionais, não operacionais e antes de imposto de renda; origens dos recursos; aplicações de recursos; aumento do capital circulante.
- § Planejamento estratégico – avaliar se a empresa vem efetivamente desenvolvendo e mantendo suas obras de forma planejada, melhorando sua base institucional com implementação de programas de modernização, de capacitação de recursos humanos, certificações como a ISO – 9002 e ISO – 14001.

Finalizar a análise desenvolvida neste capítulo com uma conclusão, definindo recomendações para tratamento dos problemas identificados. Além disso, a avaliação solicitada para o *órgão estadual de transportes* deverá explicitar sua capacidade para coordenar suas ações na Área de Planejamento, bem como para operar, manter e fiscalizar seus investimentos específicos na área.

#### 3.3.3.4 Drenagem e urbanização de orlas e áreas turísticas

*Deve-se ter claro, que para os Pólos que já receberam investimentos em infraestrutura – drenagem e/ou urbanização de orlas e áreas turísticas, no âmbito do PRODETUR/NE I, o item deverá ser iniciado com uma avaliação das ações implantadas com estes recursos, incluindo os impactos sobre o valor da terra na área de influência do projeto.*

Deverão ser caracterizados os sistemas atuais de drenagem pluvial e/ou de urbanização de orlas e áreas turísticas e suas condições operacionais e de atendimento, incluindo, quando disponível, estatísticas de ocorrência de inundações.

Finalizar a análise desenvolvida neste capítulo com uma conclusão, definindo recomendações para tratamento dos problemas identificados.

#### 3.3.4 Patrimônio Histórico e Cultural

Deve-se ter claro, que para os Pólos que já receberam investimentos para recuperação do patrimônio histórico e cultural, no âmbito do PRODETUR/NE I, este item deverá ser iniciado com uma avaliação das ações implantadas com estes recursos e como vem se dando sua manutenção.

Para os outros Pólos, os PDITS deverão apresentar as áreas e/ou edifícios isolados inseridos nas Áreas de Planejamento, representativos do Patrimônio Histórico e Cultural.

Considera-se patrimônio representativo aquelas áreas e/ou edifícios isolados que tenham sido tombados por órgão federal, estadual ou municipal, com atribuição para tanto.

A avaliação destas áreas e/ou edifícios isolados deve considerar o inventário do patrimônio, suas condições físicas e necessidades de restauro. No caso de estar aberto à visitação pública, estimar fluxos atuais e condições de atendimento.

Deverá também ser apresentada uma avaliação dos projetos e programas que vêm sendo e serão implantados e implementados pelos governos federais, estaduais e municipais relacionados ao restauro e manutenção, na Área de Planejamento, com suas respectivas fontes de recursos.

Finalizar a análise desenvolvida neste capítulo com uma conclusão, definindo recomendações para tratamento dos problemas identificados.

#### 3.3.5 Aspectos socioambientais

Deve-se ter claro que, para os Pólos que já receberam investimentos para conservação do meio ambiente, no âmbito do PRODETUR/NE I, este item deverá ser iniciado com uma avaliação das ações implantadas com estes recursos e como vem se dando sua manutenção. Também devem ser avaliados os impactos dos investimentos do PRODETUR I sobre o meio ambiente e as populações tradicionais e vulneráveis, relacionado aos fluxos turísticos.

O PDITS deverá apresentar a evolução (1991/1996-2000) da situação ambiental da sua Área de Planejamento, sobre os seguintes aspectos, apoiada em mapas em escalas detalhadas:

- § Ecosistemas principais, dando ênfase àqueles relevantes para o turismo: praias, dunas, recifes de corais, falésias, manguezais, remanescentes de mata atlântica, áreas de lagoas, etc.
- § Áreas protegidas, áreas de preservação e unidades de conservação de usos direto e indireto: legislação aplicável, conflitos de uso do solo, propostas para manejo e operação e de viabilidade econômica/administrativa; corredores ecológicos; zoneamento ambiental (se houver); fragilidades e potencialidades; locais de valor paisagístico.
- § Zoneamento ambiental e outros instrumentos reguladores como o Código das Águas; Código Ambiental Estadual, dentre outros.
- § Uso e ocupação do solo: % de solo já ocupado nos por atividades rurais e urbanas e áreas potenciais para expansão; % do solo já ocupado para uso turístico e % do solo para áreas potenciais para expansão do turismo; e, % do solo para conservação/preservação, tendo em vista a legislação aplicável; conflitos previsíveis no uso do solo (nível do planejamento do uso do solo).
- § Capacidade de suporte dos recursos naturais: níveis de poluição das bacias hidrográficas (qualidade dos recursos superficiais e subterrâneos, situação atual e possibilidades de aproveitamento, vulnerabilidades/fragilidades, tendências e propostas para sua ordenação) e das bacias aéreas (qualidade - situação atual, vulnerabilidades/fragilidades, tendências e propostas para sua ordenação); condições dos terrenos (fragilidades e potencialidades); níveis de balneabilidade das praias. Avaliar também o impacto do turismo nos recursos ambientais e pressões da ocupação antrópica sobre os ecossistemas.
- § Pontos críticos: áreas degradadas e suscetíveis a processos de ocupação e com chances de deterioração.

Deverá também ser apresentada uma avaliação dos projetos que vêm sendo e serão implantados e implementados pelos governos estaduais e municipais relacionados à proteção e conservação de áreas, unidades de conservação e recursos naturais, na Área de Planejamento, com suas respectivas fontes de recursos.

Finalizar a análise desenvolvida neste capítulo com uma conclusão, definindo as necessidades de proteção, correção ou compensação dos impactos identificados.

### 3.3.6 Capacidade Institucional - Municipal

Deverá ser apresentada uma avaliação da capacidade de gestão e gerencial para os seguintes entes públicos, conforme a seguir discriminado:

§ Capacidade de planejamento e implementação de políticas dos Municípios, identificando: (i) base legal (lei de uso do solo e de meio ambiente); (ii) sistemas de planejamento (Plano Diretor); (iii) planta venial de valores imobiliários atualizada ; (iv) instrumentos de gestão, de controle e de fiscalização.

§ Capacidade de administração/gestão dos Municípios, identificando: (i) fontes de receita e os itens de despesa; (ii) nível de participação dos recursos próprios na receita total; (iii) composição das transferências constitucionais; (iv) participação das despesas com pessoal na despesa total; (v) receitas de capital (empréstimos e financiamentos), que se aplica basicamente no caso das capitais de Estado .

§ Capacidade de gestão da exploração das atividades turísticas, identificando: (i) base legal; (ii) instrumentos de gestão, controle, monitoramento e fiscalização da atividade turística; (iii) sistema de informação e base de dados.

Esta avaliação deverá dar base para a montagem de critérios/indicadores para aferição da capacitação institucional dos Municípios. No que se refere aos critérios/indicadores da capacidade institucional dos Municípios pode-se trabalhar em dois planos: o primeiro tratando da existência ou não dos instrumentos básicos de gestão municipal (plano diretor municipal, conselhos de turismo e meio ambiente operantes, planta venial de valores imobiliários atualizada, fiscalização e informatização mínima, site na Internet, existência de secretaria municipal de turismo, entre outros) e sua atualização no tempo; e, o segundo de natureza quantitativa, relacionando itens da despesa e da receita, conforme já discriminado.

Além disso, deverá ser realizado um diagnóstico dos mecanismos existentes para a participação da sociedade no planejamento e implementação das ações do Programa.

Finalizar a análise desenvolvida neste capítulo com uma conclusão, definindo recomendações para tratamento dos problemas identificados.

### 3.3.7 Capacitação do Setor Privado envolvido com o Setor Turístico

Deve-se ter claro que, para os Pólos que já receberam investimentos, no âmbito do PRODETUR/NE I, este item deverá ser iniciado com uma avaliação da evolução das empresas turísticas no período de 1994-2001: hotéis, restaurantes, agências de

viagem, etc., estimando-se o número de novos empresários que surgiram com o Programa.

Deverão ser avaliadas também a organização e a cultura empresariais turística dos empresários da Área de Planejamento, suas habilidades e expectativas para realizar ações coordenadas para desenvolver produtos, tendo em vista as demandas do mercado.

O PDITS deverá apresentar as seguintes avaliações:

- § Investimentos já realizados pelo setor privado na Área de Planejamento e indicações do interesse do setor privado em investir em novos empreendimentos no curto, meio e longo prazos. Indicadores, neste sentido, incluem: compra de terras, pedidos de licenciamento nas Prefeituras.
- § Perfil do setor privado: caracterizar o empresariado do setor (locais, nacionais ou internacionais) e seu nível de capacitação para o exercício das funções empresariais (grau de escolaridade, grau de especialização e profissionalização). Verificar a visão do empresário, relacionada à conservação do meio ambiente, valor e qualidade da mão-de-obra empregada na prestação de serviços ao turista.
- § Associativismo empresarial: incluindo informações sobre: as associações existentes, suas fragilidades, como operam, nível de representatividade dos empresários. Estas informações devem ser analisadas, mostrando o nível de organização empresarial de relacionamento entre os diversos setores empresariais (hotel, agências de viagens e empresas de transporte).
- § Dependência do abastecimento de suas empresas turísticas na produção local.
- § Dependência do setor empresarial em empresários externos, para a comercialização de seus produtos.
- § Problemática empresarial: financeira, de comercialização, de gestão, de capacitação de seus empregados, de capacitação dos próprios empresários em termos fiscais e de trabalho.
- § Implantação de sistemas de qualidade e controle nas empresas turísticas.
- § Articulação entre o setor empresarial e os gestores públicos do turismo.

§ Papel que desempenha o setor empresarial no Conselho de Turismo do Pólo.

§ Nível de compromisso do setor privado em relação ao PDITS .

Como conclusão deste item, a análise deve responder ao seguinte ponto: linhas de ação com o setor empresarial para o PRODETUR II.

### 3.3.8 Produtos Turísticos e Atrativos

O diagnóstico deverá identificar os produtos turísticos que são ou serão vendidos no futuro. Deve-se analisar a demanda existente e futura para os produtos e a relação qualidade/preço confrontada a dos outros destinos concorrentes.

Deverá ser explicada a complementaridade dos produtos e atrativos turísticos intra e entre os municípios da Área de Planejamento.

Quanto aos atrativos, deve-se construir um inventário e um sistema de classificação dos atrativos turísticos, segundo uma combinação das seguintes perspectivas:

Primeiro, cada atrativo deverá ser classificado segundo pelo menos as seguintes características: beleza natural e clima; características sociais e culturais; existência de instalações para esportes, recreação e educação; shopping; instalações comerciais; hospedagem; infra-estrutura; preços relacionados; acessibilidade; e, atitudes da população local para com o turista.

Segundo, o espaço do atrativo deverá caracterizar-se em termos de: (i) acessibilidade fácil ou difícil; (ii) distância ao centro urbano principal ou ao aeroporto; (ii) atrativo planejado ou não; (iii) infra-estrutura adequada ou não; (iv) se o atrativo é de escala local, regional ou internacional. Estas considerações são importantes para o futuro planejamento do atrativo como produto turístico e seu marketing.

A escala do atrativo turístico deve ainda ser relacionada à sua capacidade de suporte turístico, segundo os seguintes fatores: (i) disponibilidade de serviços (hospedagem; alimentação e bebida; outras mercadorias, entretenimento, etc.); (ii) fragilidade ecológica e ambiental; (iii) nível de educação da população; e (iv) apoio da comunidade e das autoridades públicas a esse atrativo.

Outro fator importante que afeta o espaço físico de um atrativo turístico é o fluxo de visitantes. Um atrativo caracterizado por um fluxo anual estável de visitantes, é mais atraente que outro com um fluxo com grandes flutuações sazonais. O conhecimento deste fator é fundamental para o planejamento da infra-estrutura que se deseja implantar ou ampliar no espaço físico do atrativo.

Por fim, estudar as percepções e experiências dos turistas sobre os atrativos constitui a terceira perspectiva principal para classificá-los. Esta perspectiva cognitiva está relacionada com as categorias ideográficas e deverá classificar-se conforme as seguintes categorias principais: (i) atividades turísticas; (ii) caráter da atração; e (iii) experiências turísticas.

Construir um sistema de classificação que combine as três perspectivas seria o sistema mais apropriado para avaliar a situação atual e potencial turístico de um atrativo, bem como para realizar a pesquisa necessária para planejar seu entorno e vendê-lo no mercado como um produto turístico. O sistema de classificação deveria ser complementado com um sistema de valoração numérica do atrativo (“rating system”) que pode ser definido por meio de um levantamento de informações tais como: desenvolvimento de pesquisas preferenciais de visitantes, número de visitantes e enquetes junto a especialistas ou profissionais na matéria.

Este inventário *classificado* como proposto, constitui a base fundamental para se obter as informações necessárias para criar a imagem do atrativo turístico que é o elemento mais importante para se planejar e implementar seu “marketing” como produto turístico.

Com base nos itens trabalhados acima, principalmente existência de infraestrutura e aspectos ambientais, priorizar os atrativos inventariados para sua incorporação a curto, médio e longo prazos, às estratégias turísticas da Área de Planejamento.

Ressalte-se que o inventário/caracterização dos atrativos deverá consubstanciar a montagem das estratégias turísticas (como pontos fortes) dos diversos municípios da Área de Planejamento (item 3.4).

### 3.3.9 Qualidade e Oferta de Alojamento e Outros Equipamentos Turísticos

Deverá ser apresentada uma avaliação da capacidade de alojamento, dos níveis de qualidade dos meios de hospedagem de cada município do Pólo, bem como de outras estruturas, como restaurantes, agências de viagem e locação de veículos, como especificado a seguir:

- § Alojamento hoteleiro: n.º, categoria; Uh’s e leitos; vinculação a cadeias nacionais ou internacionais; nível de ocupação mensal na alta e baixa estação e permanência média do turista; preços e competitividade em relação a outros pólos concorrentes; clientela e mercados; antigüidade das instalações e necessidades de modernização, nível de utilização de tecnologia informática para a venda e atenção ao cliente.
- § Alojamento extra-hoteleiro: flats, casas de aluguel para turistas, segunda residências, campings e outros: número, capacidade, condições e localização.
- § Restaurantes turísticos: tipo, categoria, localização, capacidade, número de refeições/dia, caracterização gastronômica.

§ Agências de viagens de receptivo e operadores de “tours”: número, número de funcionários, receita média/mês e localização. Importante destacar as agências que se dedicam ao turismo receptivo e aquelas que oferecem produtos próprios, os serviços que oferecem, assim como o nível de dependência que estas têm com relação à comercialização na Área de Planejamento.

§ Locadoras de carros: número, número de funcionários, receita média/mês e localização

§ Transportadoras: número, número de funcionários, receita média/mês e localização

§ De animação e entretenimento: número, número de funcionários, receita média/mês e localização.

§ Artesanato: número, tipo, receita média/mês e localização.

§ Circuitos: tipo, localização.

Finalizar com uma análise conclusiva da situação da oferta desses serviços de maneira a sinalizar as estratégias para o setor.

### 3.3.10 Capacitação da População para Turismo

#### 3.3.10.1 Educação da comunidade para o turismo

A avaliação deve ser iniciada com a recuperação dos dados do item 3.3.2.2, sobre as condições de vida da população – índices educacionais.

Além disso, a partir das percepções dos turistas (vide item 3.3.11 – Perfil do Turista- sobre a acolhida da população local/municipal) e outras informações que deverão ser levantadas, são avaliadas a:

§ disposição da população local para acolher o turista.

§ consciência do papel de cada cidadão no processo de desenvolvimento do setor.

§ consciência sobre diversos aspectos relacionados à “boa educação” e que trazem satisfação a todos da comunidade, com, por exemplo: respeito às filas, jogar lixo na lixeira, higiene e apresentação pessoal, etc.

§ consciência de valores éticos que permitam relacionamento justo e correto com os visitantes.

Igualmente, as principais ações e programas que já vêm sendo implementados pelo poder público/instituições devem ser destacados nos seus objetivos e público alvo. Verificar também se estes programas cobrem ou não: profissionais que prestam serviços públicos, policiais, fiscais, garis, agentes de informações, guias, agentes de trânsito, ambulantes, barraqueiros, etc.

### 3.3.10.2 Capacitação do Profissional para Turismo

Este item deve iniciar com uma avaliação da situação do emprego local:

§ Emprego no setor turístico no Pólo distinguindo: empregos nas empresas hoteleiras e outras de alojamento, distinguindo por empregos fixos e eventuais, e seus correspondentes níveis de qualificação profissional.

§ Distribuição do emprego total por áreas de trabalho das empresas hoteleiras: cozinha, recepção, serviços nos andares, administração, etc., por categoria do hotel/alojamento.

§ Empregos em restaurantes e similares: totais por ano, fixos e temporários. Qualificação profissional e distribuição por áreas de trabalho.

§ Empregos em agências de viagem e nas operadoras: totais por ano, fixos e eventuais; qualificação profissional e distribuição por áreas de trabalho.

§ Empregos e qualificação nas demais empresas do setor: locadoras, transportadoras e de prestação de outros serviços ao turista.

§ Empregos induzidos nos outros setores econômicos pela atividade e pelos investimentos turísticos.

Igualmente, analisam-se os dados sobre as principais instituições de capacitação e treinamento de mão-de-obra nos diferentes níveis: básico, técnico e tecnológico. Estas informações são normalmente conseguidas junto ao SEBRAE, SENAC, SENAI/SESI, entre outras. Deve-se verificar ainda, nestas instituições, o perfil dos instrutores (domínio de habilidades, conhecimentos relacionados às ocupações, capacidade de interpretar a realidade e de trabalhar com as especificidades do público-alvo a ser treinado); carga horária e tempo médio dos treinamentos e cursos por habilidade; quantidade de profissionais capacitados, por tipo de curso.

Finalmente, analisam-se as informações sobre as Certificadoras de mão-de-obra, se existentes, e se as empresas vêm empregando, exigindo este quesito.

As conclusões deste item devem sinalizar a definição de ações que visem educar a população e a capacitação da mão-de-obra.

#### 3.3.11 Perfil do Turista

Cada PDITS deverá descrever as características dos turistas que vêm visitando a Área de Planejamento por meio de dados: da evolução histórica do fluxo turístico, por ano e meses, distinguindo sua procedência (mercados nacionais e internacionais); meios de transporte utilizados; tipo de alojamento utilizado e satisfação; forma de organização da viagem; além de suas características socioeconômicas, marco de motivação, estadia média, percepção do destino em relação a preços, transportes, saneamento, segurança, informação e sinalização turística, acolhida da população local, imagem urbana, meio ambiente e outras manifestações que permitam conhecer o nível de satisfação do turista e sua fidelidade ao destino.

Como conclusão deste item, o PDITS deverá indicar os tipos e grupos de turistas que serão prioritariamente esperados/atraídos para a Área de Planejamento, dadas as suas potencialidades (produtos e atrativos) e investimentos necessários ao seu adequado desenvolvimento .

#### 3.3.12 Gastos turísticos

Para esta análise deve-se utilizar os dados da FIPE para 1998, identificando a distribuição dos gastos turísticos.

Deve-se também, consultar os empresários do setor, de maneira a poder elaborar uma análise sobre os seguintes aspectos:

- § Volume e evolução do gasto por turista no Pólo, segundo os mercados de procedência.
- § Gasto total e por dia de permanência.
- § Distribuição dos gastos turísticos, em alojamento, alimentação, transportes, diversão e outros (FIPE).

As conclusões devem considerar a magnitude dos gastos turísticos em relação aos outros setores econômicos (ex.: valor da produção agrícola da área, da pesca, etc.) e o significado e impacto dos mesmos na economia local/municipal.

### 3.3.13 Investimentos futuros do Setor Privado

As informações devem ser levantadas, junto às Prefeituras, Bancos de Investimento e com os próprios empresários.

Os seguintes temas devem ser analisados:

§ Investimentos realizados pelo setor privado durante a etapa de PRODETUR I: Valor, tipo de instalações, localização e empregos.

§ Investimentos na construção e projeto: tipo de projeto, investimento, empregos previstos, período de maturação, capacidades e singularidades dos projetos, e tipologia de segmentos turísticos a quem estavam dirigidos. Projetos vinculados a grupos internacionais e pequenos projetos. Fontes de financiamento dos novos investimentos.

Os investimentos do setor turístico devem vir acompanhados da informação sobre o estágio da licença ambiental (quando aplicável) e licença de construção da Prefeitura.

As conclusões deste item são fundamentais para ajustar as previsões de demanda e a adequação da oferta dos serviços turísticos (itens de saneamento básico e transportes, principalmente).

### 3.3.14 Demanda Atual e Potencial

A análise da demanda é necessária para, reconhecendo o perfil do turista que visita o Pólo/Área de Planejamento, sinalizar para a formatação da oferta turística “lato sensu”, de acordo com suas expectativas e necessidades.

Para a realização desta análise devem ser utilizados diferentes indicadores, dados, informações de itens anteriores e que dizem respeito: a taxa de ocupação e fluxo de hóspedes dos meios de hospedagem (MH's); fluxo turístico global; receita turística derivada, como produto obtido a partir do fluxo turístico, gasto médio diário individual (GMDI) e permanência média (PM); perfil do turismo receptivo; efeito multiplicador e conseqüente impacto no PIB estadual; movimento de vôos e passageiros nos principais aeroportos e vias de acesso do Estado; potencial de geração de empregos do setor.

O PDITS deverá apresentar ainda projeções do crescimento dessa demanda. Essas projeções, para os anos 2010, 2015 e 2020, deverão considerar ainda: número total de quartos de hotéis ou outros meios de hospedagem planejados para cada município da Área de Planejamento, que não deverá exceder um número máximo,

estabelecido pela capacidade de suporte permitida por cada municipalidade; tempo médio de estadia esperado, levando em consideração a sazonalidade da demanda; dispêndio médio por dia, esperado, dentre outros considerados adequados. Estas projeções deverão alimentar os Quadros Prospectivos – item 3.5.

3.3.15 Ressalte-se que estas análises acima discriminadas devem ser feitas, enquanto não se têm dados e informações do Estudo de Demanda para a região Nordeste que deverá ser elaborado para o Ministério do Turismo.

#### 3.4 Estratégias de Desenvolvimento Turístico

Este item deve iniciar com a apresentação da matriz SWOT, que constitui a ferramenta para a montagem das estratégias.

Ou seja, deverá ser apresentada uma avaliação das oportunidades e riscos cruzados com os pontos fortes e fracos dos aspectos/temas relevantes para o turismo, dos municípios da Área de Planejamento, a partir do instrumento – Matriz SWOT, para definição das estratégias turísticas.

Neste sentido, recupera-se o diagnóstico realizado, para os aspectos/temas relevantes para o turismo e caracterizados nas suas oportunidades, riscos, pontos fortes e fracos.

É de fundamental importância incluir na matriz SWOT os aspectos ambientais e socioculturais. Isto permitirá incorporar a análise dos potenciais impactos e definir estratégias de desenvolvimento do turismo em base sustentável.

São citados a seguir os aspectos e temas que, a princípio, devem ser caracterizados: áreas de interesse turístico; estruturas de apoio turístico; circuitos turísticos e produtos outros; grau de exploração e/ou degradação dos ativos; capacidade de suporte dos recursos naturais; qualidade da gestão pública; preços turísticos; promoção turística; planejamento; organização do setor de turismo; mercados emergentes; conhecimento do setor; gastronomia e artesanato; condições de acessibilidade; condições de saneamento básico; variedade e singularidade dos atrativos naturais e culturais; competitividade; política de transporte aéreo; capacidade empresarial; segurança pública; crescimento permanente da demanda turística nacional e internacional.

Ressalte-se que duas estratégias não devem ser esquecidas, pois corroborarão para a concretização dos objetivos do PRODETUR/NE II:

§ Inserção da mão-de-obra semiqualficada e qualificada da região no setor turístico: neste sentido, o PDITS deverá: estimar o número e tipo de

empregos a serem criados que possam ser preenchidos pela população fixa (primordialmente serviços de hotelaria, restaurantes); apresentar estratégia para treinar a população permanente para esses empregos e certificar suas qualificações; implantar centros de informação de empregos nos municípios e outras medidas semelhantes; identificar quem propiciará esse treinamento, respectivo investimento e custo operacional e indicar quem arcará com o custo operacional uma vez terminado o período do investimento.

- § Assegurar que as Municipalidades tenham meios de controlar e fiscalizar a ocupação e a construção nos seus territórios: em áreas apropriadas e ambientalmente adequadas, em função das normas de proteção e ocupação do solo, servidas por infra-estrutura e próximas às populações que possam prestar os serviços. Além disto, as Municipalidades devem assegurar que as áreas ambientalmente sensíveis e as bases dos recursos turísticos sejam usadas de forma sustentável. Assim, o PDITS deve avaliar a capacidade dos municípios do Pólo de desempenhar essa função (item 3.2.5) e, especificar qualquer reforço necessário e custos para que o município mantenha a gestão do turismo, após o período de investimentos. Esse fortalecimento pode incluir aumentos no quadro de pessoal, treinamento, formulação e implementação de sistemas e equipamento de computação, porém de acordo com as disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal.

### 3.5 Quadros Prospectivos

A partir do estudo de demanda, item 3.3.14 - Demanda Atual e Potencial, quando foram trabalhadas as projeções para os anos 2010, 2015 e 2020 e as Estratégias de Desenvolvimento, definidas no item 3.4, são montados os Quadros Prospectivos, para a Área de Planejamento.

Esses quadros prospectivos, para os anos 2010, 2015 e 2020, deverão estar consubstanciados, trabalhados e avaliados a partir de indicações, tais como:

- § Crescimento do turismo interno e externo, a partir de indicadores como: ocupação hoteleira, estadia média, participação da clientela no total de turistas esperados.
- § Descrição do tipo de turista desejado no futuro e que será motivado por meio das ações que se prevêm no PDITS.
- § Comportamento futuro do turista quanto ao gasto e estadia média.

- § Previsões do comportamento futuro da demanda que junto com as séries históricas permitirão estabelecer metas para esta variável a curto, médio e longo prazos.
- § Incremento das Uh's e investimentos derivados.
- § Incremento de investimentos em outras empresas e serviços turísticos privados e públicos, esperado.
- § Incremento Receita do turismo esperado para a Área de Planejamento.
- § Renda derivada pela receita turística e pelos investimentos.
- § Impacto fiscal através dos impostos gerados.
- § Cobertura do crédito através do sistema fiscal.
- § Incremento de empregos gerados pelo programa.

Os quadros prospectivos deverão considerar também o impacto do turismo (sem o PRODETUR/NE II) sobre o meio ambiente "lato sensu", recursos naturais, assim como sobre as comunidades vulneráveis. A análise deve indicar a coerência das estratégias decorrentes da projeção da oferta e da demanda, com a capacidade de suporte do meio ambiente/recursos naturais, usando indicadores, tais como: qualidade das águas, balneabilidade das praias e sua capacidade de absorção das cargas de poluição; % de ocupação do solo para usos urbanos, rurais, expansão; conflitos existentes ou previsíveis de uso do solo, usos tradicionais dos recursos, % área de conservação; % de áreas degradadas ou com usos inadequados.

Além disso, deve-se considerar e ajustar as projeções de população fixa dos municípios da Área de Planejamento.

Os resultados destas avaliações deverão indicar as necessidades de ações preventivas de ordenação do uso dos recursos naturais, de proteção dos valores socioculturais das comunidades tradicionais ou indígenas, medidas corretivas e compensatórias em função dos impactos avaliados, assegurando a sustentabilidade das estratégias turísticas.

### 3.6 Planos de Ação

#### 3.6.1 Metas e Ações

A partir das estratégias, demandas e quadros prospectivos são estabelecidas as metas turísticas (número de turistas, estadia média e média de dispêndio) e as ações nos campos institucional, de capacitação, de informação e conhecimento e os investimentos em infra-estrutura, bem como os benefícios esperados para a população fixa.

O PDITS deverá passar então para as descrições pormenorizadas de cada ação/projeto, estabelecendo suas relações com as metas e os benefícios. O Plano de Ação deve ser desenvolvido e estruturado em função do espaço de intervenção – área de planejamento/município, de maneira que o conjunto de investimentos e ações justificadas como necessárias estejam também especializados.

Na seqüência, as ações e investimentos deverão ser dimensionados e priorizados, pois nem todos os investimentos necessários e previstos e poderão receber recursos do PRODETUR/NE II.

#### 3.6.2 Dimensionamento e Priorização das Ações/ Investimentos

A princípio, o período de planejamento deve se estender até o ano 2020. Ressalte-se que qualquer dimensionamento das ações deverá considerar o estágio de desenvolvimento do Município/Área de Planejamento.

Especificamente, para os investimentos em infra-estrutura – saneamento básico, drenagem, urbanização, o PDITS deverá apresentar o dimensionamento das ações/investimentos, considerando: (i) a possibilidade de imigração de pessoas buscando emprego; (ii) a possibilidade de super ou subestimar a demanda; e, (iii) também, a capacidade hoteleira máxima que poderá ser instalada. Para estes investimentos, deve-se também elaborar uma comparação entre valores presentes dos custos das alternativas de se construir a necessária infra-estrutura, para suprir a demanda para 2020, ou em sucessivas etapas.

Finalmente, destaca-se mais uma vez que os investimentos na Área de Planejamento devem estar consistentes com os objetivos. Ou seja, toda ação/investimento deverá estar relacionada com os objetivos do PRODETUR/NE II.

Assim, o PDITS deverá explicar como cada ação/investimento proposto contribuirá, direta ou indiretamente: (i) para aumentar o fluxo turístico e a renda relacionada; (ii) para aumentar os postos de trabalho ofertados, ou outros benefícios para a população fixa. Aquelas ações que separadamente ou integralmente mais contribuirão para alcançar estes objetivos é que deverão ser priorizadas.

O Plano de Ação deverá ser estruturado e apresentado por município, por componente do Programa e por ano de execução, em ordem de prioridade, de modo a atingir os objetivos do Plano em si e do Programa.

As prioridades devem ser estabelecidas em função dos seguintes critérios: as ações de fortalecimento da gestão municipal para o turismo terão prioridade e precedência sobre os investimentos em infra-estrutura; os investimentos em infra-estrutura devem justificar-se em função do desenvolvimento do turismo, priorizando aqueles para completar e complementar os investimentos realizados no âmbito do PRODETUR/NE I.

As ações de fortalecimento da gestão municipal para o turismo deverão necessariamente incluir metas de desempenho da capacidade institucional como parte do Plano de Ação. Essas metas deverão ser cumpridas pelo Município, antes de iniciar as obras de infra-estrutura planejadas em seu território

#### 3.6.3 . Diagnóstico do Impacto do Turismo com a Implementação do PDITS

Espera-se um aumento do fluxo turístico com a implantação/implementação das ações e investimentos do PDITS. Com base nesta premissa, deverão ser avaliados os impactos esperados da atividade turística sobre os recursos naturais, infra-estrutura, capacidade de gestão das instituições, etc. Esta análise deverá confirmar que o desenvolvimento do turismo, seguindo as metas e estratégias do PDITS, não irá degradar os recursos básicos e poderá ter sua sustentabilidade garantida através das inúmeras ações preconizadas e de uma gestão adequada. Se isto não puder ser demonstrado, as metas terão que ser reavaliadas e reduzidas e, as estratégias modificadas para assegurar a sustentabilidade do turismo da Área de Planejamento.

Também com base na avaliação dos impactos, deverão ser feitos ajustes para a ordenação dos recursos naturais, terrestres e marinhos, identificando-se claramente os custos e as medidas institucionais e outras que serão necessárias para conservar e preservar a qualidade ambiental.

A conclusão deverá consubstanciar também os indicadores para o monitoramento, controle e seguimento dos objetivos, com base nos indicadores mais importantes, fortalecendo as premissas definidas no Plano e sua revisão no futuro.

#### 3.6.4 Projetos e Estimativas de Custos

Cada PDITS deverá apresentar uma amostra representativa de no mínimo 30% dos recursos do referido Plano. A amostra deverá ser desenvolvida e consubstanciada nos seus projetos básicos e estimativas de custos, estes últimos estimados com 10% de margem de erro.

Com base no Regulamento Operativo, os projetos deverão ser avaliados quanto à sua viabilidade operacional, econômica, financeira e ambiental.

### 3.7 Participação Pública e Validação do PDITS

O dimensionamento e a priorização das ações e investimentos deverão ser discutidos e validados pelas municipalidades e suas comunidades, por meio de consultas públicas, conforme estabelecido nos regulamentos para execução do PRODETUR II e descrito no Anexo 2 destes termos de referência.

A versão final do PDITS deverá incluir este capítulo, contendo os principais resultados do processo de consultas e informar como as recomendações e sugestões foram consideradas ou resolvidas ao longo do processo de finalização do plano.

## ANEXO 1

## ITEMIZAÇÃO PROPOSTA PARA O PDITS

- 1 RESUMO EXECUTIVO
- 2 AVALIAÇÃO DO PRODETUR/NE I
- 3 DIAGNÓSTICO DA ÁREA DE PLANEJAMENTO
  - 3.1 Área de Planejamento - Definição
  - 3.2 Dinâmica Socioeconômica
    - 3.2.1 **Análise da dinâmica econômica**
    - 3.2.2 **Análise social**
  - 3.3 Infra-estrutura
    - 3.3.1 **Saneamento básico – água e esgoto**
    - 3.3.2 **Saneamento básico – coleta e disposição de resíduos sólidos**
    - 3.3.3 **Transportes**
    - 3.3.4 **Drenagem/urbanização de orlas**
  - 3.4 Patrimônio Histórico e Cultural
  - 3.5 Aspectos sócio-ambientais
  - 3.6 Capacidade Institucional - Municipal
  - 3.7 Capacitação do Setor Privado envolvido com o Setor Turístico
  - 3.8 Produtos Turísticos e Atrativos
  - 3.9 Qualidade e Oferta de Alojamento e Outros Equipamentos Turísticos
  - 3.10 Capacitação da População para Turismo
    - 3.10.1 **Educação da comunidade para o turismo**

**3.10.2 Capacitação do Profissional para Turismo**

3.11 Perfil do Turista

3.12 Gastos turísticos

3.13 Investimentos futuros do Setor Privado

3.14 Demanda Atual e Potencial

4 ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO

5 QUADROS PROSPECTIVOS

6 PLANO DE AÇÃO

6.1 Metas e Ações

6.2 Dimensionamento e Priorização das Ações/ Investimentos

6.3 Diagnóstico do Impacto do Turismo com a Implementação do PDITS

6.4 Projetos e Estimativas de Custos

7. Participação Pública e Validação do PDITS

## ANEXO 2

## PROCESSO DE ELABORAÇÃO PARTICIPATIVO

O PDITS deverá ser elaborado com as participações das comunidades, instituições públicas e privadas, prefeituras e ONG, etc., sempre registradas em ATAS. Deve ser garantida e comprovada a ampla participação das comunidades dos municípios abrangidos pelos pólos, no processo de elaboração e validação dos PDITS de cada pólo. Isto significa que será necessário propiciar oportunidades de reuniões com a participação de residentes dos diversos municípios, ONG's, e outras organizações da sociedade civil. Isto é especialmente importante para os pólos mais extensos em termos de área, já que as distâncias podem impedir, na prática, a participação de moradores dos municípios mais longínquos.

Primeiramente, deverá ser elaborado o Diagnóstico da Área de Planejamento, conforme TR. Este Diagnóstico (problemas, deficiências, potencialidades, etc) deverá ser apresentado em reuniões focais para as comunidades, instituições públicas e privadas, prefeituras, ONG's e entidades sociais, etc., tendo em vista informar estes segmentos, corrigir e/ou consolidar as informações, ao mesmo tempo registrar expectativas e anseios de como vêm o turismo. Estes registros deverão alimentar as estratégias.

Após a realização das reuniões focais para apresentação do Diagnóstico e com base nos registros (expectativas, anseios e visão do turismo) deverão ser elaboradas as Estratégias.

Estas Estratégias, novamente, deverão ser apresentadas aos diversos segmentos sociais em reuniões focais. Nestas oportunidades, deverão ser ouvidos os diversos segmentos, numa tentativa de se evoluir, a partir das Estratégias, para ações que poderão alimentar a elaboração do Plano de Ação.

A partir das estratégias consolidadas é que se trabalhará o Quadro Prospectivo e o Plano de Ação. Após a elaboração do Plano, apresenta-se aos segmentos sociais, concluindo com uma primeira priorização de ações.

Finalmente, é consolidado o Plano de Ação. O processo de validação do Plano deverá incluir reuniões dos Conselhos de Turismo do Pólo programadas especificamente para discutir os PDITS.

As audiências e reuniões com grupos específicos deverão ser registradas em atas completas, contendo os nomes e origem dos participantes, o registro das intervenções, questões e recomendações levantadas, respostas apresentadas durante a reunião, e compromissos de como resolver os pontos ou problemas levantados.

## ANEXO 3

## EQUIPE BÁSICA

Economista (1)  
Especialista em Turismo (2)  
Especialista em planejamento regional e ambiental  
Especialista em conduzir trabalhos participativos  
Sociólogo/demógrafo  
Especialista em aspectos institucionais/finanças públicas

## EQUIPE TÉCNICA DE APOIO

Economista (2)  
Sociólogo  
Demógrafo  
Biólogo (2)  
Especialista em patrimônio histórico  
Arquiteto urbanista  
Especialista em Turismo (2)  
Especialista em resíduos sólidos  
Especialista em capacitação de população/ mão-de-obra  
Especialista em planejamento regional  
Engenheiro sanitaria  
Engenheiro de transportes  
Engenheiro civil  
Geógrafo  
Especialista em aspectos institucionais/finanças públicas  
Especialista em conduzir trabalhos participativos